

GUERRA CONTRA CIDADÃOS

René E. Gertz¹**Resumo:**

O efeito mais presente na memória social sobre a Segunda Guerra Mundial, no sul do Brasil, é a “nacionalização”, que significou uma interferência profunda no sistema de escolas comunitárias, muito difundidas na região, mas também a destruição de instituições culturais e esportivas, além de perseguições policiais.

Abstract:

In social memory of South Brazil the so called “nationalization” represents the most important effect of World War II. The private schools of the communities and other cultural institutions were destroyed. Many citizens were persecuted by police.

Palavras-chaves: Segunda Guerra Mundial - nacionalização - preconceito étnico.

Keywords: World War II - nationalization - ethnic prejudice.

Bem antes de a Segunda Guerra Mundial começar, na Europa, em 1939, no sul do Brasil muitas pessoas já haviam sentido seus efeitos, através daquilo que ficou conhecido como “nacionalização”. Apresentei alguns dados sobre esse episódio, no que tange ao Rio Grande do Sul, num livrinho intitulado *O perigo alemão*.² Retomo neste texto alguns aspectos ali desenvolvidos, mas também apresento detalhes novos.

Em primeiro lugar, deve-se destacar que essa guerra contra cidadãos - e não contra um outro Estado - apresenta duas faces: uma se desenrolou no campo educacional, outra no campo policial. É claro que, com muita frequência, as ações nessa dupla perspectiva estiveram entrelaçadas. Assim, houve, por exemplo, o acionamento de contingentes policiais para garantir a execução das determinações emanadas das autoridades educacionais. Como, porém, Lúcio Kreutz - em outro momento dentro deste congresso - se dedicará ao tema da “nacionalização” sob o aspecto educacional, me restringirei aqui a

¹ Professor nos Departamentos de História da PUCRS e da UFRGS. E-mail: <gertz@cpovo.net>

² GERTZ, René E. *O perigo alemão*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1998.

referir alguns aspectos nessa perspectiva, na medida em que ela se aproximar da segunda face indicada ou quando refletir algum detalhe importante sobre o quadro mais geral do projeto “nacionalizador”.

Para tratar da “nacionalização” no Rio Grande do Sul, não se pode começar com o ano de 1938 nem concentrar a atenção exclusivamente naquilo que os homens mais identificados com ela nos anos seguintes - o interventor Oswaldo Cordeiro de Farias, o secretário de educação J. P. Coelho de Souza, o chefe de polícia Aurélio da Silva Py - pensavam e faziam, mas levar em conta os antecedentes políticos, os conflitos e preconceitos étnicos e religiosos presentes entre setores consideráveis da população gaúcha, desde o século XIX. Além disso, é necessário atentar para as diferenças que existiam na avaliação das diferentes populações “estrangeiras” que se concentravam no estado.

Assim, não há nenhuma dúvida de que, dos três grupos étnicos mais visados pelo processo de “nacionalização”, os alemães e descendentes estiveram em primeiro lugar. Essa posição certamente teria sido ocupada pelos japoneses e descendentes, se seu número tivesse sido mais significativo. Se o censo demográfico de 1940 registrou, para o Rio Grande do Sul, 15.279 cidadãos alemães, mais 7.543 naturalizados, portanto 22.822 no total - sem considerar algumas centenas de milhares de descendentes -, foram contados apenas 199 japoneses.³ Mesmo assim, um intelectual gaúcho houve por bem escrever, em 1937, um livro apontando para o “perigo japonês” no Brasil e no Rio Grande do Sul, livro que teve uma segunda edição em 1942, sinalizando o interesse pelo assunto.⁴ A opinião do autor sobre os japoneses pode ser avaliada através da transcrição de algumas frases do livro: “Felizmente a colonização japonesa em Santa Rosa frustrou-se”; “o trabalhador brasileiro assistia, entristecido, a essa competição dolorosa e à falta de comunhão entre os amarelos”; “o japonês é o povo que tem em mais alto grau o sentimento de inveja”; “em ocasião da visita do cônsul [japonês] a essa herdade [em São Sebastião do Caí], abriu ele, na presença de todos, um ótimo mapa e o examinou com o aludido inspetor japonês, em seu próprio idioma”.⁵ Todas as frases denotam, claramente, os profundos preconceitos contra japoneses - e na última transparece, evidentemente, o medo do imperialismo japonês, vinculado à presença de japoneses e descendentes em nosso território.

³ FORTES, Alexandre. “Nós do Quarto Distrito”: a classe trabalhadora porto-alegrense e a era Vargas. Caxias do Sul/Rio de Janeiro: Educs/Garamond, 2004, p. 143.

⁴ MORAES, Carlos de Souza. *A ofensiva japonesa no Brasil: aspectos social, econômico e político da colonização nipônica*. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1942.

⁵ As citações encontram-se nas p. 122 a 126 do referido livro. As três primeiras frases se referem ao município de Santa Rosa, a última a São Sebastião do Caí, ambos no Rio Grande do Sul.

Num famoso livro publicado por J. P. Coelho de Souza em 1941, que reproduz uma conferência realizada na Associação Brasileira de Educação, no Rio de Janeiro, em novembro desse ano, sobre a suposta infiltração nazista no ensino gaúcho, há um rápido esboço sobre as populações descendentes das diversas correntes imigratórias do estado. Sobre a então recente experiência de uma colonização japonesa em Santa Rosa, escreveu o secretário de educação: “Ensaia-se agora uma experiência de colonização japonesa em Santa Rosa, comuna essa que parece destinada, como se vê, a tornar uma realidade contemporânea a confusão da Torre de Babel!”⁶

É sabido que os judeus foram motivo de preconceito e de perseguições pelo mundo afora durante séculos. E no Brasil não foi muito diferente: o anti-semitismo se fez presente desde muito antes do período Vargas. Mesmo que as opiniões sobre o grau e a abrangência do anti-semitismo na era Vargas sejam divergentes, não há dúvida de que ele pode ser detectado em inúmeras oportunidades, no contexto dos anos 1930-40.⁷ No Rio Grande do Sul, no entanto, parece - ao menos no que tange ao período histórico em pauta, o Estado Novo - que os judeus foram bastante bem sucedidos naquilo que Jeffrey Lesser chamou de “negociação da identidade nacional”.⁸ Como mostrou um trabalho recente de Cristine Fortes Lia, a comunidade judaica de Porto Alegre, e do Rio Grande do Sul em geral, implementou várias estratégias para mostrar-se agradecida e simpática em relação ao país que os abrigava e tentava desfazer a imagem clássica do gueto ou do “quisto étnico”. Assim, instituições da comunidade eram batizadas com nomes de personalidades políticas gaúchas da época - como Maurício Cardoso, Coelho de Souza - e muitos judeus não só freqüentavam, mas participavam ostensivamente de festas cristãs, por exemplo.⁹ Membros do governo gaúcho procuravam corresponder a esse comportamento dos “bons cidadãos”, prestigiando a “colônia judaica” e deixando-a em paz.

⁶ SOUZA, J. Coelho de. *Denúncia: o nazismo nas escolas do Rio Grande*. Porto Alegre: Editora Thurman, 1941, p. 10.

⁷ Posições algo divergentes sobre o tema podem ser encontradas em CARNEIRO, Maria Luíza Tucci. *O anti-semitismo na era Vargas (1930-1945)*. São Paulo: Brasiliense, 1988; LESSER, Jeffrey. *O Brasil e a questão judaica: imigração, diplomacia e preconceito*. Rio de Janeiro: Imago, 1995.

⁸ LESSER, J. *A negociação da identidade nacional: imigrantes, minorias e a luta pela etnicidade*. São Paulo: Unesp, 2001.

⁹ LIA, Cristine Fortes. “Bons cidadãos”: a comunidade judaica do Rio Grande do Sul durante o Estado Novo (1937-1945). Porto Alegre: PUCRS, 2004 (tese de doutorado). Algumas nuances diferentes podem ser encontradas em KREBS, Débora Taísa. *Representações da cidade, visões do cotidiano: Porto Alegre e os imigrantes judeus no Estado Novo (1937-1945)*. Porto Alegre: UFRGS, 1999 (dissertação de mestrado).

Isso não significa que não se encontrassem manifestações localizadas de anti-semitismo, que, às vezes, podiam partir, inclusive, de funcionários do aparelho de Estado.¹⁰ Mas certamente não será fácil detectar uma política estatal clara de perseguição ou de prevenção oficial contra os judeus, no Rio Grande do Sul. A impressão que se tem - sem que isso possa ser provado - é que as autoridades tentavam utilizar os judeus como os “antípodas” dos alemães, que foram, oficialmente, proclamados como o maior problema a exigir solução - e, para resolver o supostamente gravíssimo problema representado pela presença de um grande número de “alemães”, os judeus até poderiam ser úteis.

Quanto aos poloneses, numericamente o terceiro maior grupo de imigrantes centro-europeus no Rio Grande do Sul, a pesquisa histórica ainda não produziu estudos centrados especificamente no período em torno da Segunda Guerra Mundial.¹¹ Apesar de constituírem um grupo sobre o qual se encontram preconceitos profundamente arraigados, desde o século XIX, tudo indica que os integrantes dessa etnia não receberam atenção especial como “quisto étnico” de parte das autoridades gaúchas durante o Estado Novo. As referências negativas que, possivelmente, circulavam, nessa época, reproduziam manifestações de diplomatas brasileiros sobre poloneses judeus.¹² Os preconceitos contra os poloneses propriamente ditos e seus descendentes caracterizavam-se por um certo desprezo, pela convicção de que eram relaxados, pouco afeitos ao trabalho, beberrões. Mas como não provinham de uma potência mundial que pudesse representar qualquer perigo para o Brasil nem eram considerados suficientemente inteligentes ou aptos para solapar a integridade da nação brasileira, os agentes estatais não se preocuparam muito com eles, no contexto da “nacionalização”. O citado livro de Coelho de Souza apresenta, no que tange à questão escolar, a seguinte referência: “Os núcleos polo-

¹⁰ Estou pensando aqui, concretamente, no fato de que foram levantadas suspeitas de anti-semitismo, que teria sido praticado pelo então Procurador Geral do Estado (1939-1941), o ex-integralista Anor Butler Maciel, quando demitiu a procuradora Sophia Galanternick (cf. GALANTERNICK, Sophia In: FÉLIX, Loiva Otero [ed.]. *Histórias de vida do Ministério Público do Rio Grande do Sul: memorações para o futuro*. Porto Alegre: Procuradoria-Geral de Justiça, 2001 [vol. I], p. 339-373 [aqui 366-367]; cf. também: O caso Crespo. In: ÁVILA, Florianio Maya D' et al. [eds.]. *Crimes que comoveram o Rio Grande*. Porto Alegre: Procuradoria-Geral da Justiça, 2003, p. 18-20, 180-215. A respeito do anti-semitismo de Butler Maciel, cf. seu livro *Nacionalismo: o problema judaico e o nacional-socialismo*. Porto Alegre: Globo, 1937. Cf. ainda “A promotora que desafiou a província” [*Zero Hora*, Porto Alegre, 21 de dezembro de 2003, p. 44]).

¹¹ O censo demográfico de 1940 apontou 9.380 poloneses natos, mais 4.870 naturalizados (FORTES. A. Op. cit., p. 143).

¹² GRITTI, Isabel Rosa. *Imigração e colonização polonesa no Rio Grande do Sul: a emergência do preconceito*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 2004, p. 159.

neses... não chegam, ainda a constituir objeto de preocupação para o governo do estado, dada a sua pequena extensão”.¹³

Os “italianos” eram, numericamente, um grupo não desprezível, e constituíram motivo de preocupação por parte das autoridades.¹⁴ Havia uma significativa atividade fascista nas regiões de colonização italiana, como mostram os trabalhos de Loraine Slomp Giron.¹⁵ Da mesma forma, a Ação Integralista Brasileira tivera seus melhores resultados eleitorais, nas eleições municipais de 1935, nas mesmas regiões.¹⁶ Por tudo isso, não há dúvida de que as autoridades se mostraram preocupadas com a possibilidade de ali surgirem problemas. E assim, as determinações “nacionalizadoras” atingiram, naturalmente, também os “gringos”.¹⁷ As escolas das regiões de colonização italiana foram “nacionalizadas”, houve controle sobre a utilização da língua italiana, nomes de acidentes geográficos ou de instituições tiveram de ser mudados, ocorreram perseguições e prisões. E, dessa forma, se alguém se propusesse a fazer um trabalho como aquele que Marlene de Fáveri fez sobre Santa Catarina, vasculhando a memória da população, também seriam encontradas muitas referências amargas sobre o período, entre italianos e descendentes.¹⁸ Ao lado das autoridades estatais, houve muitos “patriotas” que agiram por conta própria para fazer dos “italianos” “verdadeiros” brasileiros. A criação dos Centros Culturais, na região de Caxias do Sul, com suas ações cívicas e de pregação nacionalista é um exemplo desse tipo de ação.¹⁹

¹³ SOUZA, Op. cit., p. 14. A alegação de que o grupo não gerava preocupação por causa de seu baixo número não é muito convincente, já que a presença de cerca de 14.000 pessoas nascidas na Polônia, mais os descendentes daqueles que começaram a vir em 1875 - portanto havia 65 anos - não é totalmente insignificante. Há motivos para pressupor que, simplesmente, não havia maior preocupação com os “poloneses” porque eram considerados inofensivos sob a perspectiva que considerava os “alemães” extremamente perigosos.

¹⁴ Pelo censo demográfico de 1940, foram contados 18.685 cidadãos italianos vivendo no Rio Grande do Sul, mais 9.654 naturalizados, perfazendo um total de 28.339 pessoas (Fortes, op. cit., p. 143).

¹⁵ GIRON, Loraine Slomp. *As sombras do Littorio: o fascismo no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Parlandia, 1994.

¹⁶ Cf., sobre isso, BRANDALISE, Carla. *O fascismo na periferia latino-americana: o paradoxo da implantação do integralismo no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: UFRGS, 1992 (dissertação de mestrado); BERTONHA, João Fábio. *Entre a bombacha e a camisa negra: notas sobre a ação do fascismo italiano e do integralismo no Rio Grande do Sul*. In: *Estudos Ibero-Americanos*, Porto Alegre, vol. XXIV, n. 2, 1998, p. 247-268; PISTORELLO, Daniela. *“Os homens somos nós...”: o integralismo na região colonial italiana do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: PUCRS, 2001 (dissertação de mestrado).

¹⁷ No Rio Grande do Sul, a expressão se refere especificamente a italianos e descendentes.

¹⁸ FÁVERI, Marlene de. *Memórias de uma (outra) guerra: cotidiano e medo durante a Segunda Guerra em Santa Catarina*. Itajaí/Florianópolis: Editora Univali/Editora da UFSC, 2004.

¹⁹ PAGANI, Marcos Fernando. *O nacionalismo na região colonial italiana: a ação dos Centros Culturais*. Porto Alegre: PUCRS, 2001 (dissertação de mestrado).

No entanto, não há qualquer dúvida de que na comparação com os “alemães” os “italianos” foram avaliados com muito maior benevolência. J. P. Coelho de Souza, secretário de educação em todo o período do Estado Novo, fazia questão de declarar que os “italianos” não lhe causavam nenhum problema na cruzada para “nacionalizar” as escolas. “Na colônia italiana, constituída de algumas dezenas de milhares de pessoas, o problema da nacionalização, em rigor, não existe”. “A colônia [italiana] solicita, insistentemente, ao governo novas escolas; a instalação dos nossos estabelecimentos de ensino é ali recebida com festejos populares; a origem latina das duas línguas torna fácil o trabalho dos professores públicos, nos centros menos nacionalizados”.²⁰

Durante um banquete de encerramento das solenidades de inauguração do Grupo Escolar Emílio Meyer, em Caxias do Sul, em 29 de outubro de 1939, Coelho de Souza fez uma efusiva “Saudação à cidade de Caxias do Sul”, destacando que muito daquilo que estava dizendo nesta oportunidade sobre os “italianos” do Rio Grande do Sul havia dito, anteriormente, diante da Comissão Nacional do Ensino Primário, no Rio de Janeiro, em maio daquele ano.²¹

Essa condescendência em relação aos “italianos” derivava, evidentemente, de uma tradição, difundida no Brasil em geral, de muito maior simpatia para com imigrantes italianos e descendentes do que com algumas outras etnias. Nesse sentido, é interessante observar que em virtude da agudização das relações com os países do Eixo, a partir de 1941, Itália e italianos passaram a ter, formalmente, o mesmo tratamento que Alemanha e Japão e seus respectivos cidadãos e descendentes. Mas é muito significativo o fato de que o decreto-lei 4.166, de 11 de março de 1942, que determinava o confisco dos bens dos “súditos do Eixo” para indenizar o Brasil pelos prejuízos causados ao país pela Alemanha, pela Itália e pelo Japão, fosse revogado, *especificamente em relação aos italianos*, já em 10 de julho de 1945 (através do decreto-lei 7.723), enquanto medida igual não foi tomada até a presente data em relação a alemães e japoneses.²²

É evidente que a “nacionalização” - sejam os atos “oficiais”, promovidos por instâncias governamentais, sejam aqueles atos promovidos por uma parcela da população por conta própria, à revelia das instâncias estatais, muitas vezes decorrentes de instigações “patrióticas” partidas de pessoas ou de instituições como a Liga de Defe-

²⁰ SOUZA, Op. cit., p. 12-13.

²¹ SOUZA, J. P. C. de. *Caminhada*. Porto Alegre: Edição Sulina, 1969, p. 189-195.

²² SOARES JR., Alcides Flores. *Liberção imediata dos bens dos súditos do Eixo*. Porto Alegre: Imprensa Oficial do Estado, 1948, p. 21.

sa Nacional - transcorreu de forma e com intensidade variada de lugar para lugar. Isso dependia de constelações políticas, sociais e econômicas locais, da qualidade e do posicionamento das autoridades do lugar e de alguns outros fatores. Assim, não há dúvida de que a “nacionalização” na tradicional região de colonização italiana ao norte de Porto Alegre, em Caxias do Sul e adjacências, foi muito menos agressiva e violenta que nas regiões de colonização alemã.²³ Mas tudo indica que na assim chamada Quarta Colônia, no centro do estado, próximo a Santa Maria, os efeitos sobre italianos e descendentes foram muito mais marcantes que na primeira região.²⁴

Finalmente, chegamos aos “alemães”. Não há a menor dúvida de que eles foram a preocupação central dos “nacionalizadores” gaúchos. A existência de uma ideologia e de um discurso do “perigo alemão” estava difundida entre uma parte significativa da população riograndense (e brasileira) praticamente desde que os primeiros alemães chegaram ao estado, em 1824. Mas um primeiro ponto alto na tentativa de combater esse “perigo” foi atingido nos anos que antecederam a Primeira Guerra Mundial, durante a qual houve muitos atentados contra integrantes desse grupo e depredações de suas propriedades.²⁵ Se, no Rio Grande do Sul, essa campanha se manteve dentro de certos limites, isso se deveu, em grande parte, ao liberalismo de Borges de Medeiros em assuntos religiosos, educacionais e étnicos. Além disso, os acontecimentos se deram dentro de um espaço temporal relativamente restrito. A proibição dos cultos e da imprensa em língua alemã, a mudança dos nomes de localidades e de acidentes geográficos, e a própria interferência na atividade educacional nas regiões coloniais só se tornaram mais incisivas quando o Brasil declarou guerra à Alemanha, em outubro de 1917 - mas como a guerra terminou em novembro de 1918, houve, a rigor, apenas um ano de “nacionalização”.

²³ Sobre Guaporé, também município típico de colonização italiana, cf. SGANZERLA, Cláudia Mara. A lei do silêncio: repressão e nacionalização no Estado Novo em Guaporé (1937-1945). Passo Fundo: UPF, 2001.

²⁴ Cf. RIOS, Angélica de Medeiros. *Ser ou não ser italiano: descendentes de imigrantes em Santa Maria durante o Estado Novo*. Porto Alegre: PUCRS, 2001 (dissertação de mestrado). DALMOLIN, Cátia (org.). *Mordaca verde e amarela: imigrantes e descendentes no Estado Novo*. Santa Maria: Pallotti, 2005.

²⁵ LUEBKE, Frederick C. *Germans in Brazil: a comparative history of cultural conflict during World War I*. Baton Rouge: Louisiana State University Press, 1987; SILVA JR., Adhemar Lourenço. O povo x der Pöbel. In: MAUCH, Cláudia; VASCONCELLOS, Naira (orgs.). *Os alemães no sul do Brasil: cultura, etnicidade, história*. Canoas: Editora da Ulbra, 2004, p. 87-103. Entre os textos da época, podem ser citados: Arbivohn (pseud.). *d:O perigo prussiano no Brasil*. Rio de Janeiro: Typ. do Jornal do Comércio, 1914; Darcanchy, Raul. *O pan-germanismo no sul do Brasil*. Rio de Janeiro: s. e., 1915.

Durante essa guerra, portanto, os confrontos e as depredações não foram motivados tanto pela ação ou pela instigação de parte de agentes do Estado, mas, muito mais, pelo potencial antialemão que se encontrava difuso entre a população, independente daquilo que as autoridades diziam ou faziam. O próprio Borges de Medeiros foi censurado, na oportunidade, pelo presidente da República, Wenceslau Brás, por displicência na organização da seção estadual da nativista Liga de Defesa Nacional, e, pessoalmente, tomou medidas para garantir a integridade de instituições ameaçadas pela ira popular, como o Colégio Anchieta.²⁶

Mesmo com a Alemanha derrotada e sem qualquer possibilidade de interferência efetiva, sobretudo material, no Brasil - uma das justificativas para aqueles que, historicamente, alertavam contra o “perigo alemão” -, a década de 1920 esteve cheia de episódios que denotavam a persistência do preconceito, como mostrei em *O aviador e o carroceiro*. Justamente nessa década, se constatou um claro avanço da população de origem alemã no campo político, que ocorreu paralelo ao crescimento da participação relativa da metade norte do estado - região que abrigava a maioria da população imigrantista - na economia gaúcha, como mostrei em *O perigo alemão*.

Chegando à década de 1930, ocorreu a confluência de vários fatores que, certamente, colaboraram no aprofundamento dos preconceitos. Porém, ao contrário do que se deu no estado de Santa Catarina, onde desde 1930 aconteceram medidas drásticas contra a população de origem alemã por parte do governo estadual, aqui, no Rio Grande do Sul, ocorreu, sob o governo de Flores da Cunha, praticamente o inverso. Em 1934, por ocasião dos festejos dos 110 anos de imigração alemã, o governo estadual decretou que o 25 de julho, data da chegada dos primeiros imigrantes alemães a São Leopoldo, passaria a ser o “Dia do Colono”, um feriado oficial no estado.²⁷ Flores da Cunha prestigiou o prefeito porto-alegrense Alberto Bins, um descendente de alemães e muito envolvido nas associações étnico-culturais e religiosas da “colônia alemã”, nomeando-o coordenador dos grandiosos festejos do centenário da Revolução Farroupilha, em 1935. Durante o período em que vigorou a aliança do governo com os partidos de oposição (*o modus vivendi*, de 1936), outro descendente de alemães, Lindolfo Collor, participou do governo estadual na prestigiosa condição de secretário da fazenda. Nesse mesmo ano,

²⁶ GERTZ, René E. *O aviador e o carroceiro: política, etnia e religião no Rio Grande do Sul dos anos 1920*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002, p. 92.

²⁷ WEBER, Roswithia. *As comemorações da imigração alemã no Rio Grande do Sul: o “25 de Julho” em São Leopoldo, 1924-1949*. Novo Hamburgo: Editora Feevale, 2004, p. 95 e segs.

o governador gaúcho empenhou-se pessoalmente numa campanha em favor da eleição do deputado “classista” A. J. Renner - o mais representativo empresário industrial do Rio Grande do Sul, na época - para a mesa diretora da Assembléia Legislativa. A amizade de Flores da Cunha com o cônsul alemão, Friedrich Ried, era notória.

Mesmo que essas pessoas, eventualmente, não fossem conscientemente prestigiadas por causa de sua condição de “representantes da colônia alemã”, sua presença no governo ou suas boas relações com o governador, sem dúvida, contribuíram para uma aproximação ou, no mínimo, para uma possível simpatia das populações coloniais para com o governador do estado; e vice-versa. Num dos documentos que o ex-governador emitiu durante seu exílio no Uruguai, em 1939, fez uma referência expressa a sua boa convivência com as populações de origem alemã e italiana durante seu governo.²⁸ E no processo que lhe foi movido depois da deposição, em outubro de 1937, apareceram acusações que o envolveram com nazistas e firmas pertencentes a alemães e descendentes, em Porto Alegre.²⁹

Esse contexto fez com que as medidas de “nacionalização” irrompessem, no Rio Grande do Sul, de forma mais ou menos abrupta, após a implantação do Estado Novo, e, em especial, com o início da interventoria do coronel Oswaldo Cordeiro de Farias, cujas preocupações exageradas com aspectos “etnográfico-internacionalistas” causaram estranheza até a políticos com ligações estreitas com Vargas.³⁰

Objetivamente, a “colônia alemã” era por demais visível em algumas instâncias da sociedade gaúcha, na época, sugerindo uma perigosa “infiltração” germânico-nazista generalizada; por outro lado, estava completamente ausente em instâncias importantes para a defesa de seus interesses no período de crise que se seguiu à derrota de Flores da Cunha. Entre o clero católico, por exemplo, havia uma clara predominância dos sobrenomes alemães.³¹ Alguns números comprovam isso. Em Porto Alegre, havia 22 paróquias, e 11 dos respectivos vigários titulares tinham sobrenomes claramente alemães, quatro tinham sobrenomes italianos, e em quatro casos não é possível identi-

²⁸ BELLINTANI, Adriana Iop. *Conspiração contra o Estado Novo*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002, p. 100.

²⁹ *Ibid.*, p. 73.

³⁰ Cf., nesse sentido, carta de Pedro Vergara a Getúlio Vargas, de julho de 1941 (Arquivo Getúlio Vargas, CPDOC/FGV, Rio de Janeiro). Cordeiro de Farias assumiu a interventoria do Rio Grande do Sul em março de 1938.

³¹ Que o clero luterano se caracterizasse por uma quase exclusividade de sobrenomes alemães não causava a mesma impressão, pois se tratava de uma confissão religiosa claramente ligada à etnia alemã, da qual não se podia esperar outra coisa.

car de forma inequívoca a origem étnica dos sobrenomes, seja porque a origem do sobrenome é dúbia, seja porque só são referidos prenomes (isso ocorre em alguns casos do clero regular, cujos membros são referidos apenas pelo seu “nome de guerra”). No restante da arquidiocese de Porto Alegre, havia 82 paróquias, capitaneadas pelo arcebispo D. João Becker. Os vigários de nada menos de 55 delas tinham sobrenomes claramente alemães, 15 tinham sobrenomes italianos, e dos 12 restantes, sete não podem ser identificados, seja porque a origem não é clara, seja porque só aparecem os “nomes de guerra”. Como se vê, havia pouco espaço nessa arquidiocese para os “brasileiros”.

A diocese de Pelotas era a mais “brasileira”, pois sete de suas 22 paróquias possuíam vigários de origem claramente lusa, cinco tinham vigários de sobrenome italiano, quatro de origem alemã e os demais tinham “nomes de guerra”. A diocese de Santa Maria era administrada pelo bispo Antônio Reis, que só era chamado de *Reis* por quem não conhecia sua origem, pois, de fato, era um *Rais*, nascido em Santa Cruz do Sul. Das 62 paróquias dessa diocese, 28 tinham párocos de sobrenome alemão, 24 vigários tinham sobrenomes italianos, e o sobrenome dos demais não é inequivocamente identificável, mostrando que havia poucos “verdadeiros brasileiros”. Na diocese de Uruguaiana - com o bispo Hermeto José Pinheiro -, as 27 paróquias eram administradas por 16 padres de sobrenome alemão, sete de sobrenome italiano e entre os restantes havia apenas um com nome claramente “brasileiro”. Finalmente, a diocese de Caxias do Sul era predominantemente “italiana”, pois 23 dos 29 párocos tinham sobrenome italiano, apenas dois tinham sobrenome alemão, mas nenhum tinha sobrenome luso.³²

No que tange às igrejas luteranas, a situação era mais “problemática” ainda. O luteranismo gaúcho se dividia em dois sínodos, um com ligações históricas com a Alemanha (o Sínodo Riograndense), o outro vinculado ao Sínodo de Missouri, nos Estados Unidos. O primeiro era numericamente maior e seus pastores provinham todos da Alemanha, já que naquela época ainda não havia instituições de formação no Brasil e as experiências com o envio de brasileiros para estudar Teologia na Alemanha estavam recém iniciando. A doutrina do Sínodo Riograndense destacava sua indissociável vinculação com a etnia alemã, fazendo dele uma “igreja étnica” (*Volkskirche*). Mesmo que uma das principais críticas que lhe faziam os pastores do Sínodo Missouri se referisse justamente a esse ponto, também este último tinha o

³² *Der Familienfreund*, Porto Alegre, 1940, p. 127-131.

alemão como a principal língua utilizada nos serviços religiosos. E os sobrenomes de seu clero - como os do Sínodo Riograndense - eram quase exclusivamente alemães. Por fim, mais ou menos a metade dos pastores do Sínodo Riograndense era filiada ao partido nazista.³³

Em contraposição a essas supostas evidências de “germanização” da vida eclesiástica do catolicismo gaúcho - e ao fato de que as igrejas luteranas eram “alemãs” por definição -, contrapunham-se os dados relativos à quase ausência de representantes de sobrenome alemão em algumas instâncias do aparelho de Estado. Assim, nenhum dos 16 desembargadores do Rio Grande do Sul tinha sobrenome alemão. Entre os 54 juízes das comarcas gaúchas, mais os cinco juízes avulsos, estavam apenas três com sobrenome exclusivamente alemão - Cláudio Gaier, Theodoro Appel e Walmor Franke -, sendo que no caso dos dois primeiros ainda poderiam ser levantadas algumas dúvidas quanto à sua “germanidade”. Além disso, havia um sobrenome “híbrido”, Ney da Silva Wiedmann, filho de um general, nascido na Campanha, portanto, sem ligação com a “colônia”.³⁴ Entre os 91 nomes de juízes municipais, encontramos apenas três cujos sobrenomes eram exclusivamente alemães - José Carlos Becker, Edgar João Boeckel e Antônio Augusto Uflacker -, além de seis “híbridos”.³⁵

Das nove pessoas citadas como formando a cúpula da polícia gaúcha, duas tinham sobrenome alemão. Dentre elas, Huberto Wallau, médico-legista, diretor do Instituto de Identificação. É verdade que a família Wallau era conhecida na “colônia alemã” de Porto Alegre, e, nesse sentido, havia um “representante” seu na cúpula da polícia. Mas já o titular do segundo sobrenome alemão entre a elite policial, Theobaldo Neumann, tinha nascido em Tapes e era um famigerado “renegado étnico”.³⁶ À frente das seis delegacias de polícia da Capital não se encontrava nenhum delegado de sobrenome alemão.³⁷

Num livro de 1942, alusivo ao cinquentenário da Brigada Militar, estão arrolados cerca de 410 nomes de oficiais da instituição. Apenas

³³ Sobre o Sínodo Riograndense, a obra clássica é DREHER, Martin N. *Igreja e germanidade*. São Leopoldo/Porto Alegre: Sinodal/EST, 1984. Sobre o Sínodo Missouri, cf. BUSS, Paulo Wille. *Relations between the Lutheran Church - Missouri Synod and the Igreja Evangélica Luterana do Brasil*. Saint Louis: Concordia Seminary, 1981 (dissertação de mestrado). Sobre os luteranos no Brasil, cf. GERTZ, René E. Os luteranos no Brasil. In: *Revista de História Regional*, Ponta Grossa, vol. 6, nº 2, 2001, p. 9-33.

³⁴ *Revista do Ministério Público*, Porto Alegre, ano I, nº 3, 1942, p. 94-97.

³⁵ *Revista do Ministério Público*, Porto Alegre, ano I, nº 4, 1942, p. 103-105.

³⁶ Como “renegados étnicos” eram conhecidas aquelas pessoas que faziam questão de distanciar-se de suas origens étnicas. Outro policial conhecido como um famigerado “renegado étnico” foi Ernani Baumann, a quem coube administrar os bens confiscados aos “súditos do Eixo” (Gastal, Manoel Braga. *Flashes de uma vida*. Porto Alegre: Sagra Luzzatto, 1997, p. 52).

³⁷ FRANCO, Álvaro; SILVA, Morency de Couto e SCHIDROVITZ, Jerônimo. *Porto Alegre: biografia de uma cidade*. Porto Alegre: Tipografia do Centro, [1940], p. 298-300, 307-308.

30 têm sobrenomes alemães, perfazendo pouco mais de 7%. A lista dos aspirantes a oficial do mesmo ano contém 45 nomes, e apenas três sobrenomes alemães - menos que 7%. Considerava-se que, na época, aproximadamente 20% da população gaúcha tivesse sobrenomes alemães.³⁸ Na lista da cúpula da polícia civil do interior do estado os sobrenomes alemães estão totalmente ausentes.³⁹

Além da suposta “desnacionalização” do clero - já referida -, é necessário apontar para um outro aspecto do campo religioso. O luteranismo por si só era considerado um corpo estranho - mesmo se tivesse um clero “autenticamente nacional”. E isso se refletia sobre a avaliação da etnia alemã como um todo. Ainda que não existam dados concretos sobre o pertencimento religioso da população de origem alemã no Rio Grande do Sul nos anos 1930/40, as informações a respeito dos imigrantes desde o século XIX apontam para uma preponderância de protestantes entre eles. Esse fato - aliado à, sem dúvida, maior auto-identificação dos luteranos com a etnia alemã e sua conseqüente visibilidade como tais - acrescentou aos dados objetivos, mais um problema subjetivo. O nacionalismo brasileiro, que foi se expandindo desde a Primeira Guerra Mundial, apresentava-se, muito freqüentemente, ligado ao pensamento católico, o que levou muitos nacionalistas a colocar o catolicismo entre aquelas características que o Brasil almejado deveria ter.⁴⁰ Nesse sentido, o luteranismo e sua vinculação com a etnia alemã eram apresentados como incompatíveis com o “verdadeiro” Brasil. Esse discurso não foi muito freqüente, pois, afinal, a liberdade religiosa era garantida até pela Constituição imperial, e se tornara um ponto de honra nas constituições republicanas. Além disso, a tolerância religiosa sempre fizera parte do discurso e da prática da tradição positivista no Rio Grande do Sul. Mas, em alguns momentos, os discursos do período estado-novista traíram seus autores. Assim, num livro de 1940, dedicado à nacionalização, encontramos a seguinte frase: “Porque é preciso despertar os brasileiros para a grandeza do Brasil, é necessário arrancar os filhos do colono e do caboclo ao indiferentismo e à ignorância, é indispensável levar-lhes, com a cartilha do ABC, o *catecismo de nossa religião* e o breviário de nosso civismo”.⁴¹ Em 1941, o jornal *A Notícia*, do Rio de Janeiro, publicou o seguinte comentário: “O Brasil uno deve ser construído no

³⁸ *Brigada Militar - Rio Grande do Sul - Cincoentenário, 1892-1942*. (Sem indicações).

³⁹ GIULIANO, João. *Esboço histórico da organização da polícia do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Oficinas Gráficas da Imprensa Oficial, 1957, p. 393-397.

⁴⁰ Um clássico que vincula nacionalismo e catolicismo é: DELAMARE, Alcebiades. *As duas bandeiras: catholicismo e brasilidade*. Rio de Janeiro: Centro Dom Vital/Anuário do Brasil, 1924.

⁴¹ *Palavras de DE PARANHOS, Antunes*. In: LENZI, Branca Regina (org.). *Semana da Pátria, 1940*. [Porto Alegre]: s. e., s. d., p. 24. O grifo é meu.

fundamento da unidade da religião católica... Seitas protestantes que não encontrarem obstáculos no caminho acarretarão, com a quebra da unidade espiritual de nossa pátria, a quebra da unidade política”.⁴² É evidente que no Rio Grande do Sul muita gente pensava da mesma forma, tendo em vista o avanço do catolicismo sobre todas as instâncias e instituições possíveis, que se registrava desde os anos 1920.⁴³

Expostas essas preliminares sobre o contexto em que se deu a “nacionalização” no Rio Grande do Sul, passemos a alguns aspectos concretos da mesma. E um primeiro ponto a destacar é o da incapacidade de se admitir um Brasil multifacetado, de admitir que pessoas pudessem ser bons cidadãos brasileiros com cabelos loiros e olhos azuis, falando um língua que não fosse o português, professando uma religião que não fosse o catolicismo, cultivando hábitos alimentares que não fossem considerados “tipicamente brasileiros”.

Um exemplo pode ilustrar isso. Em 1942 um jornalista de nome Evaldo Alarcon publicou um livro intitulado “*E o sangue brasileiro correrá...*”. O autor contou que, em 1933, se mudara para Santa Cruz do Sul e procurara a direção dos dois jornais locais (*Kolonie* e *Volksstimme*) para sugerir a criação de uma coluna de meia página em português, que ele redigiria gratuitamente. Como não tivesse obtido êxito, resolveu fundar um jornal próprio, semanal, *O Nacional*. Teve o apoio do juiz e de mais algumas pessoas, mas as repartições públicas municipais não o utilizavam para a publicação dos textos legais, de forma que não teve condições de se sustentar. Vale a pena fazer uma citação mais ou menos longa para caracterizar o que se passava na cabeça desse cidadão - cuja forma de pensar certamente pode ser tomada como paradigma para uma boa parcela da população. “Convictos de nossa função de abrasileirar aquele rincão da Pátria, onde pontificavam os hábitos alemães, a educação alemã, a culinária alemã, os gostos alemães, não tardamos a ferir uma tecla que foi o ‘canto de cisne’ de nosso semanário: a *nacionalização do ensino*”. “Ansiando por ambientes mais arejados, demandamos Porto Alegre”. “A Guerra dos Muckers, todavia, estava predestinada a servir de exemplo, para o futuro, do espírito de fanatismo de que é dotado o alemão: aparecendo um chefe, qualquer destino serve”. “Consultai os depósitos bancários: a riqueza monetária está enfeixada

⁴² *A Notícia*, Rio de Janeiro, recorte sem data (mas de 1941), anexo a documentos da pasta SR 17/18 do Arquivo Histórico da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil, Escola Superior de Teologia, São Leopoldo.

⁴³ Um bom panorama dessa situação pode ser encontrado em Trindade, Fernando Casses. A polêmica entre Érico Veríssimo e o Pe. Leonardo Fritzen, S. J. *Revista do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas*, Porto Alegre, ano 11/12, 1983/84, p. 35-98.

nas mãos de alemães e teutos-brasileiros, desses mesmos teutos que assim se consideram até a quinta geração, porque ‘sentem o sangue gritar’”.⁴⁴

Devemos tentar colocar-nos no contexto. Santa Cruz do Sul era um município com um desenvolvimento econômico razoável, com um nível de consumo de calorias per capita acima da média estadual, sempre praticara uma política muito própria frente ao governo estadual, apresentava altos índices de alfabetização, graças às muitas escolas comunitárias. E aí vem, de repente, um estranho que se considera um “verdadeiro brasileiro”, acusa os cidadãos santacruzenses de serem maus brasileiros, e se propõe a mostrar-lhes como devem ser e o que devem fazer. Nenhum grupo humano em nenhum lugar do mundo, com um mínimo de amor próprio, abria espaço para um indivíduo desses.

Havia casos em que uma semântica vigente há muitas décadas foi, repentinamente, transformada em indicador para caracterizar o caráter absolutamente antibrasileiro da população. Assim, quando os primeiros imigrantes chegaram ao estado, no século XIX, encontraram aqui pessoas que denominaram de “brasileiros”, em oposição a eles, que eram denominados “alemães” ou “italianos”. Essas denominações foram internalizadas e se perpetuaram. A população descendente dos grupos anteriores à imigração continuou sendo chamada de “brasileiros”, e os descendentes de alemães e italianos, mesmo nascidos no Brasil, se auto-identificavam e eram identificados pelos outros como “alemães” ou “italianos”. Situação que continua corriqueira até nossos dias. Essa realidade levou a incidentes, relatados como cenas do mais absoluto horror, durante o Estado Novo. No *Correio do Povo* de 12 de agosto de 1938, o secretário de educação, Coelho de Souza, relatou com grande veemência um episódio que teria ocorrido com um representante da secretaria numa escola em General Osório (hoje Ibirubá). Segundo o relato do agente governamental, “à frente do professor, um jovem teuto-brasileiro, e outras pessoas, formulei... perguntas aos alunos... ‘Os alunos que forem brasileiros levantem-se!’ Ninguém se mexeu... ‘Os alunos que forem alemães levantem-se!’ Todos os garotinhos... ergueram-se de suas classes”. - Algo que para as populações locais era óbvio, causava uma surpresa horrenda a observadores externos.

O jornalista Justino Martins, diretor da importante *Revista do Globo*, assinou, em 1942, algumas reportagens sobre as “professoras

⁴⁴ ALARCON, Elvaldo. “E o sangue brasileiro correrá...”. Porto Alegre: Editora Du Barry, 1942, p. 25, 85, 157. Os grifos estão no original.

tipo nacionalização”, com relatos sobre Feliz e Nova Petrópolis. Atribuiu a uma professora desta última localidade a seguinte afirmação: “As famílias aqui não admitem vestidos acima da metade da perna. *Não se pode rir muito* : e nos vemos obrigadas a viver completamente isoladas”. Margarida Pardelha, delegada de educação em Cruz Alta, ficou horrorizada em Neu-Württemberg - que já fora nacionalizado no nome, tendo virado Pindorama, mas isso pouco adiantara -, pois cadernos e livros em língua alemã não haviam sido destruídos - e, mesmo que isso ocorresse, segundo a professora, não adiantaria nada sem a proibição do alemão nos ofícios religiosos.⁴⁵ Na primeira citação, no mínimo, a referência à proibição de rir é, sabidamente, estranha. Na segunda, transparece claramente a defesa da destruição total de traços culturais, mesmo aqueles de âmbito tão pessoal quanto a religião.

Assim, a “nacionalização”, na maioria dos casos, derivou muito mais da ojeriza que se tinha ao “exótico” do que de fatos concretos que pudessem ser classificados como inequivocamente “subversivos”. O clima reinante no Rio Grande do Sul em relação a “alienígenas” pode ser aferido pela receptividade que tiveram alguns livros sobre o “perigo alemão”, como *Um rio imita o Reno*, de [Clodomir] Vianna Moog. Editado no início do segundo semestre de 1939, pela Editora Globo, teve uma repercussão muito forte, a ponto de a Secretaria de Educação ter adquirido 200 exemplares para as bibliotecas escolares.⁴⁶ Podiam ler-se comentários incisivos na imprensa, como a de um leitor da *Revista do Globo*, Abelardo Fernando Montenegro, em carta-aberta ao autor: “Em *Um rio imita o Reno* você nos mostra tudo mobilizado para a ofensiva imperialista alemã”. “Você, Vianna, teve a coragem de dizer a causa de toda essa vergonha”. Um ano após o lançamento, duas edições tinham sido vendidas e a terceira era colocada no mercado.⁴⁷ Em abril de 1942, a mesma Editora Globo publicou *A 5ª coluna no Brasil: a conspiração nazi no Rio Grande do Sul*, do coronel Aurélio da Silva Py, chefe de polícia do estado. Exposto na vitrine num sábado, na segunda-feira já haviam sido vendidos 1.538 exemplares.⁴⁸

Nesse clima, até histórias de colonos praticando sabotagem contra seus próprios interesses eram apresentadas como verdadeiras. Em abril de 1942, por exemplo, o jornalista Limeira Tejo fundou, em Porto Alegre, uma revista sobre economia, *Orientação econômica e*

⁴⁵ *Revista do Globo*, Porto Alegre, ano XIV, nº 316, 28 de março de 1942, p. 18-19. O grifo é meu.

⁴⁶ *Revista do Globo*, Porto Alegre, ano XI, nº 261, 14 de outubro de 1939, p. 8.

⁴⁷ *Revista do Globo*, ano XII, nº 279, 31 de agosto de 1940, p. 53 e 9, respectivamente.

⁴⁸ *Revista do Globo*, Porto Alegre, ano XIV, nº 317, 18 de abril de 1942, p. 16.

financeira. Num texto intitulado “A quinta coluna na economia”, da primeira edição, sem indicação de autor, mas provavelmente escrito pelo próprio, lê-se o seguinte: “No setor econômico, essa forma de solapamento tem sua mais terrível expressão entre as populações rurais, principalmente nas zonas de formação imigratória”.⁴⁹

Devemos tentar imaginar as situações criadas a partir desse tipo de pressuposto. Muitas das comunidades constituídas a partir da colonização promovida por imigrantes alemães já eram centenárias, outras vinham se constituindo há décadas, davam contribuição significativa para o PIB brasileiro, estavam muito bem organizadas em termos políticos, econômicos, sociais, religiosos e educacionais, e, de repente, uma menininha de Porto Alegre, recém-formada, chega ao lugar, e - especialmente adestrada para isso - proclama aos quatro ventos que a população local é absolutamente estranha, exótica, antibrasileira, e que ela veio para acabar com essa “miséria”, para “abrasileirar” essa gente e, para isso, será a interventora na escola criada e mantida há dezenas de anos com enormes sacrifícios pela comunidade.

Em muitas localidades aconteceu o óbvio: a população se rebelou. Assim as autoridades educacionais do estado manifestavam sua indignação frente a episódios como a da interventora no Colégio Elsenau, de Panambi, que foi “corrida”, do inspetor escolar que teve atirados cães contra sua pessoa, em São Lourenço do Sul, ou da interventora que, em Rolante, esperava ser recebida com flores e beijinhos, mas teve de enfrentar uma estrondosa vaia.⁵⁰

O ridículo era, muitas vezes, praticado pelas mais altas autoridades governamentais. O secretário de educação, Coelho de Souza, fazia visitas não anunciadas para verificar *in loco* a execução das determinações oficiais. Nessas empreitadas, não deixava de recorrer ao expediente de viajar disfarçado, como se fosse um tira em missão secreta. A *Revista do Globo* de 28 de março de 1942, por exemplo, noticiou que o secretário fora inspecionar o Colégio Sinodal de Santa Cruz do Sul (hoje Mauá), e, para isso, viajou pela Varig, sob o nome

⁴⁹ *Orientação econômica e financeira*, Porto Alegre, nº 1, abril de 1942, p. 8.

⁵⁰ Os trabalhos mais recentes que abordam essa temática são: NEUMANN, Rosane Márcia. “Quem nasceu no Brasil é brasileiro ou traidor!”: as colônias germânicas e a campanha de nacionalização. São Leopoldo: Unisinos, 2003 (dissertação de mestrado); PETRY, Andrea Helena. “É o Brasil gigante, liberto do estrangeiro, uno, coeso e forte, o Brasil do brasileiro...”: campanha de nacionalização efetivada no Estado Novo. São Leopoldo: Unisinos, 2003 (dissertação de mestrado); FACHEL, José Plínio Guimarães. As violências contra alemães e seus descendentes, durante a Segunda Guerra Mundial, em Pelotas e São Lourenço do Sul. Pelotas: Ed. da Ufpel, 2002; BERGESCH, Cecília Adelaide. Política de nacionalização e suas repercussões nas igrejas e escolas no vale do Taquari (1930-1945). Porto Alegre: PUCRS, 2003 (dissertação de mestrado).

de Carlos Reverbel, funcionário da secretaria. É evidente que essa medida foi tomada para evitar que os responsáveis pelo colégio pudessem tentar esconder fatos e, além disso, transparece a desconfiança em relação aos funcionários da Varig, que, todos supostos nazistas, poderiam denunciar a viagem do secretário, caso tivesse reservado passagem com seu nome verdadeiro.

Na distância do tempo, também não se pode deixar de esboçar um sorriso diante de algumas outras medidas “nacionalizadoras”. Uma dessas medidas foi o deslocamento anual de algumas centenas de escolares das regiões de colonização - principalmente a alemã - para Porto Alegre, durante a Semana da Pátria. Fazia-se - como mostrou Andréa Torres⁵¹ - uma grande campanha através da imprensa para que essas crianças fossem hospedadas em casas de famílias porto-alegrenses e bem tratadas, para que se convencessem da bondade dos “verdadeiros brasileiros”. Além disso, a participação nos diversos atos patrióticos, como os desfiles cívico-militares e estudantis, deveria despertar neles o amor ao Brasil. Eram os “coloninhos”. Além dos discursos, às vezes hilariantes sobre os supostos seres exóticos transportados para Porto Alegre, começaram a ser trazidos, a partir de 1942, “bugrinhos”, isto é, meninos índios, pois a população indígena passou a ser arrebanhada na cruzada contra os “alienígenas”. Nesse sentido, a *Revista do Globo* de 26 de setembro de 1942 trouxe uma reportagem sobre os índios de Nonoai (“Brasileiros cem por cento”), na qual se afirmava que, na localidade, um índio tinha confeccionado uma flecha de dois metros, que estava destinada a Hitler, quando invadisse o Brasil.⁵² Interessante é que, em nenhum momento, foi manifestada qualquer intenção de também trazer “negrinhos” para a Semana da Pátria em Porto Alegre, para “abrasileirá-los”.

Para o caso do Rio Grande do Sul ainda faltam estudos pormenorizados sobre a repressão policial e sobre as pessoas denunciadas ao Tribunal de Segurança Nacional - no estilo do belo livro *Memórias de uma (outra) guerra* de Marlene de Fáveri, sobre Santa Catarina. Por isso só poderão ser indicados aqui alguns episódios isolados, sem que se possa fazer ainda uma síntese.

Alguns meses antes que a Segunda Guerra eclodisse oficialmente na Europa, tropas foram despachadas para as regiões a serem nacionalizadas no interior do Rio Grande do Sul. Assim, os livros sobre a história da Brigada Militar registram o envio de 640 homens

⁵¹ TORRES, Andréa Sanhudo. *Imprensa: política e cidadania*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1999.

⁵² *Revista do Globo*, Porto Alegre, ano XIV, nº 327, 1942, p. 44-45.

para Montenegro, em junho de 1939, expressamente para auxiliar na “nacionalização” da região.⁵³ O emprego da polícia militar foi muito freqüente nos anos seguintes.

Outro tipo de perseguição foi a extorsão (também relatada por Fáveri em relação a Santa Catarina). A polícia gaúcha publicava uma revista chamada *Vida policial*. No ano de 1942 essa revista publicou, desmembrada em diversos números seguidos, uma grande reportagem intitulada “Cortando as asas do nazismo”. Analisando um dos exemplares que continham uma das seqüências dessa reportagem (nº 43/1942), encontram-se 168 anúncios, isto é, propaganda de empresas, de serviços etc. Em muitos casos, não se consegue identificar o anunciante, pois só aparece o nome de fantasia do estabelecimento, mas, no mínimo, 72 anunciantes tinham sobrenomes alemães e 55 deles estavam estabelecidos em São Leopoldo - muitos deles eram barbeiros e alfaiates. Com certeza, por trás dos nomes de fantasia se encontravam muitos outros sobrenomes alemães. E, por isso, mesmo que não haja provas definitivas, não constitui exagero partir do pressuposto de que, neste caso, os responsáveis pela revista pediram aos seus colegas de São Leopoldo que se encarregassem de fazer, nesse município, a “coleta” para a referida edição. Evidentemente, isso se deu na base da extorsão. Objetos confiscados aos cidadãos acabaram sendo roubados. Nunca foram devolvidos.⁵⁴

Em Santa Cruz do Sul foram feitas denúncias de que os camponeses eram obrigados a comprar fotos de Getúlio Vargas a preços exorbitantes. Quando não tinham dinheiro, eram coagidos a entregar mantimentos, porcos e galinhas.⁵⁵ As denúncias certamente eram verdadeiras, pois José Plínio Fachel publicou um fac-símile da Circular nº 19, de 15 de setembro de 1942, pela qual o chefe de polícia, coronel Py, proibiu a “venda de retratos de personalidades do governo, álbuns, distintivos e ações de companhias etc. que envolvam, de qualquer modo, coação moral aos compradores”. “Outrossim, as coletas para fins filantrópicos ou patrióticos somente poderão ser feitas com prévia autorização da polícia”.⁵⁶

Assim como Santa Catarina, também o Rio Grande do Sul teve seu campo de concentração. Construída no início do Estado

⁵³ RIBEIRO, Aldo Ladeira. *Esboço histórico da Brigada Militar do Rio Grande do Sul, 1930-1961*. Porto Alegre: Brigada Militar, 1987, p. 428-429.

⁵⁴ Sobre isso cf. NEUMANN, Op. cit., p. 186.

⁵⁵ KIPPER, Maria Hoppe. *A campanha de nacionalização do Estado Novo em Santa Cruz (1937-1945)*. Santa Cruz do Sul: Apesc, 1979, p. 45.

⁵⁶ FACHEL, Op. cit., p. 106.

Novo para abrigar presos comuns, a Colônia Penal Daltro Filho, em Charqueadas, foi transformada, pouco depois, em prisão política, cantada em prosa e verso. A *Revista do Globo* a apresentava, em abril de 1942, como “um campo de concentração modelo, onde os espíões nazistas ouvem samba e plantam batatas”.⁵⁷ Talvez pela própria propaganda que se fazia desse estabelecimento, o tratamento dado aos detentos não tenha sido dos piores. Interessante, porém, é que a existência de, no mínimo, mais um campo de concentração foi denunciada no pós-guerra, em Santa Rosa, onde muitos presos teriam sido torturados e “conduzidos como porcos, em caminhões”.⁵⁸ O fato de não se ter falado desse campo durante a guerra, sugere que as denúncias podem ser verdadeiras.

O maior volume de violência física simultânea ocorreu nos dias 18 e 19 de agosto de 1942, após o afundamento de mais um navio brasileiro por submarinos alemães. As violências desse momento foram praticadas em grande parte por “populares”, isto é, por manifestações de rua, e não, diretamente, por instâncias estatais. Mas não se pode esquecer que o interventor Cordeiro de Farias se juntou aos manifestantes, no início dos protestos, na noite de 18 de agosto, como a dar seu aval.⁵⁹ Também é fato que as forças policiais gaúchas não tomaram nenhuma medida para coibir as depredações. Somente no final do segundo dia, o Exército interveio, para pôr fim aos atos de destruição - aparentemente à revelia do interventor.⁶⁰ Mas, sobretudo, é importante lembrar que as depredações de 18-19 de agosto tinham sido como que ensaiadas no dia 25 de julho. Não se sabe se a data fora escolhida de propósito, mas fato é que nesse dia, até 1937, se costumava comemorar a chegada dos primeiros imigrantes alemães a São Leopoldo. Como se viu, Flores da Cunha tinha decretado feriado estadual para esse dia (*Dia do Colono*). Foi justamente nesse dia, em 1942, que o governo promoveu um grande comício “contra o Eixo”, que teria reunido 10.000 pessoas, em Porto Alegre.⁶¹

O estudo de José Plínio Fachel sobre Pelotas mostra como a omissão estatal e os interesses econômicos particulares se uniram numa grande simbiose, que trouxe prejuízos enormes para a economia gaúcha. O autor mostra, de forma convincente, que naque-

⁵⁷ *Revista do Globo*, Porto Alegre, ano XIV, nº 317, de 18 de abril de 1942, p. 25-27.

⁵⁸ SOARES, *Liberação imediata dos bens dos súditos do Eixo*, p. 9.

⁵⁹ GERTZ, *O perigo alemão*, p. 71 e segs.

⁶⁰ Isso se deduz do fato de que Cordeiro de Farias mandou correspondência a Getúlio Vargas com data de 22 de agosto solicitando sua substituição na interventoria do estado (Petry, op. cit., p. 79).

⁶¹ *Revista do Globo*, Porto Alegre, ano XIV, nº 324, de 8 de agosto de 1942, p. 25.

la cidade as depredações visaram, sobretudo, casas comerciais de “alemães” que se encontravam em concorrência com outras casas comerciais pertencentes a pessoas de outra origem étnica, eliminando-as para sempre.⁶²

Mas a política de nacionalização não levou só à perda de bens materiais. Há a lamentar, no mínimo, quatro mortes catalogadas. É possível que pesquisas futuras aumentem esse número.

Evidentemente não se pode interromper as considerações sobre a “nacionalização” e seus efeitos no Rio Grande do Sul de forma abrupta nesse ponto, sem perguntar se os “nacionalizadores” agiram de forma totalmente irracional, sem qualquer motivo objetivo, simplesmente porque sua cabeça estava repleta de preconceitos contra determinadas etnias.

Para lidar com essa questão, são necessárias ao menos algumas palavras sobre três elementos que estavam presentes nas regiões de colonização alemã e italiana naquele período. Como aqui se deu maior destaque às regiões de colonização alemã, as referências se centrarão no movimento germanista, no nazismo e no integralismo.⁶³

Quanto ao movimento germanista, desde longa data, certas lideranças intelectuais - em geral alemães natos, sobretudo pastores, padres, professores e jornalistas - defendiam o “germanismo”, uma doutrina que, efetivamente, pregava a segregação étnica, com seus corolários, como combate aos casamentos inter-étnicos, luta pela preservação da língua alemã, o que resultava, naturalmente, num discurso e numa prática que podiam ser interpretados como antibrasileiros.⁶⁴ Um importante germanista gaúcho, o padre Balduino Rambo, fixou em seu diário algumas atitudes e alguns atos de outros germanistas que podem ter municiado os “nacionalizadores”. Ele relata que em Dois Irmãos o padre Koertz teria dito, em novembro de 1941, durante a missa, que seria melhor que as crianças morressem a ser educadas em escolas públicas.⁶⁵ Um livro escrito por um pastor luterano alemão, em meados da década de 1930, na Alemanha, relatando sua experiência em Santa Cruz do Sul, em anos anteriores, gerou forte reação quando seu conteúdo ficou co-

⁶² FACHEL, op. cit.

⁶³ Nas regiões de colonização italiana encontram-se o fascismo e o integralismo, e, eventualmente, algo como um movimento pela *italianità* (em correspondência ao *germanismo* das regiões de colonização alemã).

⁶⁴ SEYFERTH, Giralda. *Nacionalismo e identidade étnica*. Florianópolis: Fundação Catarinense de Cultura, 1981.

⁶⁵ RAMBO, Balduino. *Der gesprengte Katholikentag von Nova Petrópolis*. São Leopoldo: Inisinos, 1994 (manuscrito).

nhecido no Brasil. Entre outras observações desabonadoras em relação ao Brasil e aos brasileiros, ele destacou uma suposta repulsa da população de origem alemã ao “romanismo”.⁶⁶

Além da predicação dos germanistas, havia a atividade nazista expressa, através da militância partidária. Havia cerca de 500 nazistas com carteirinha do partido no Rio Grande do Sul e um número semelhante em Santa Catarina.⁶⁷

Por último, havia o integralismo, que, sem qualquer dúvida, tinha mais adeptos nas regiões de colonização alemã e italiana do que nas demais regiões do estado.⁶⁸ Sua semelhança e eventual aproximação ao nazismo e ao fascismo podiam ser interpretadas como estratégia imperialista contra o Brasil.

Em resumo, havia indícios de que se tramava contra o Brasil. O problema, porém, é que os que pagaram por isso, em geral, não foram aqueles que podem ter dado motivo para os “nacionalizadores” agirem. Um exemplo clássico para o Rio Grande do Sul envolve o integralista Wolfram Metzler, médico em Novo Hamburgo. Acusado de estocar armas em sua chácara, acabou preso e internado na Colônia Penal Daltro Filho. Mesmo que a prisão seja desagradável, por definição, não consta que tenha sido torturado. Mas seu chacareiro, uma pessoa simples, Otto Franz, também foi preso, e acabou morrendo em decorrência das torturas que sofreu na prisão, em Porto Alegre.⁶⁹

Um outro aspecto que cabe destacar, para concluir, é que impressiona a constatação de que 60 anos após os fatos, ainda está amplamente difundida a opinião de que os “nacionalizadores” fizeram um grande bem ao Brasil e que merecem ser festejados como heróis da pátria.⁷⁰

⁶⁶ HEINE, Siegfried. *Als deutscher Pfarrer und Schulleiter in Südbasilien*. Fürstenwalde/Spree: H. Richter/Buchdruckerei, [1935?]. Alguns detalhes sobre o episódio estão em GERTZ, René E. O integralismo na zona colonial alemã. In: DACANAL, José H.; GONZAGA, Sergius (orgs.). RS: Imigração e colonização. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1992, p. 205 e seg.

⁶⁷ GERTZ, René E. O fascismo no sul do Brasil: germanismo, nazismo, integralismo. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987, p. 67 e segs.

⁶⁸ *Ibid.*, p. 158 e segs.

⁶⁹ TONINI, Veridiana M. Uma relação de amor e ódio: o caso Wolfram Metzler (1932-1957). Passo Fundo: UPF Editora, 2003, p. 110 e seg. Cf. também FACHEL, op. cit., p. 126 e segs.

⁷⁰ Uma tese desse tipo encontra-se defendida em livro muito recente, de ampla repercussão na imprensa brasileira: COSTA, Sérgio Corrêa da. *Crônica de uma guerra secreta: nazismo na América - a conexão Argentina*. Rio de Janeiro: Record, 2004.